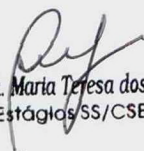


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JULIANA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVEIRA

**ASSISTENTE SOCIAL:
PROFISSIONAL NECESSÁRIO NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E
ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

CADASTRADO
15/08/06
Coordenadoria de Estágio
Departamento de Serviço Social
CSE/UFSC


Prof. Dra. Maria Teresa dos Santos
Coord Estágios/SS/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS – SC

2006/ 1

JULIANA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVEIRA

**ASSISTENTE SOCIAL:
PROFISSIONAL NECESSÁRIO NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E
ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

JULIANA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVEIRA

**ASSISTENTE SOCIAL:
PROFISSIONAL NECESSÁRIO NO ATENDIMENTO À CRIANÇA E
ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Sócio-Econômico, do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Assistente Social.

Orientadora Prof^ª: Vanessa Juliana da Silva Santos

**Florianópolis
2006/1**

Dedico este trabalho a todos, que de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, tanto no aspecto espiritual, quanto no social. Com certeza, o incentivo e a dedicação de todos, contribuíram para que me tornasse uma profissional consciente de minha responsabilidade na transformação e no entendimento da nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente nesta minha caminhada acadêmica, porém especialmente gostaria de agradecer:

A DEUS, por me dar saúde, força e vontade de vencer todos os desafios que apareceram nesta jornada, de forma que hoje, posso contribuir de maneira efetiva para o crescimento de outros seres humanos.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por oferecer o Curso de Serviço Social, oportunizando a formação na área que escolhi.

À minha orientadora Vanessa Juliana da Silva Santos, que durante todo o tempo foi incansável na luta de despertar todo o meu potencial, muitas vezes adormecido. Pela sua paciência, amizade, competência, perseverança e disponibilidade em me orientar sempre que solicitada, conquistou meu profundo respeito e admiração.

Aos colegas de classe, pela convivência, troca de experiências, alegrias e também as decepções que me fizeram amadurecer compreendendo que a diversidade existente na sala de aula é primordial para a construção do ser humano enquanto cidadão.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, através de suas habilidades e competências, proporcionando momentos de reflexões e experiências que promoveram em mim uma constante reflexão.

Um agradecimento muito especial, aos meus pais: Walquiria de Oliveira Soares e Jaime Luis Soares, aos meus avós: Jaime Evilásio Soares, Alzira de Oliveira Soares e Nilce Peres, ao meu esposo: Guilherme Aguiar da Silveira, aos meus irmãos: Leonardo de Oliveira Soares, Fernando de Oliveira Soares e Jaime Luis Soares Júnior pelo incentivo constante, paciência e compreensão, quando em minhas angústias precisei de apoio e carinho. Não deixando de agradecer pelo auxílio durante o curso, onde precisei dividir com meus familiares os cuidados com a minha filha Isabella Soares da Silveira, para que este momento tão importante de minha vida pudesse se concretizar. A minha prima Elaine C. Soares da Silveira, pela amizade, atenção e dedicação. Só posso dizer muito obrigado e Amo todos vocês.

A todos os membros do Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte, especialmente ao coordenador o Senhor Alfredo Tavares, que abriram as portas para o desenvolvimento das etapas deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Enfim, a todos, que de alguma forma, contribuíram para a execução e conclusão deste trabalho e para meu sucesso profissional, registro aqui o meu agradecimento, pois todos os desafios foram vencidos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Artigo 227 da Constituição Federal.

RESUMO

[Este trabalho tem por finalidade mostrar a necessidade do profissional de Serviço Social em um projeto sócio educativo que contribua, altere e interfira nas condições de vida de crianças e adolescentes advindos de famílias em situação de vulnerabilidade social. A intervenção aconteceu no espaço do Projeto Criança Fazendo Arte, cujo objetivo principal era proporcionar às crianças e adolescentes em situação de risco, um lugar para permanecerem no período oposto ao da escola, mas o que se percebeu durante o estágio é que o projeto não estava cumprindo inteiramente com seus objetivos, uma vez que as crianças não tinham profissionais capacitados para exercer as funções pelos quais estavam nomeados. Com isso, não conseguiam estreitar os laços com o grupo e nem o seu respeito. Na nossa percepção, isto se deve ao fato de não haver um profissional da área de Serviço Social que pudesse orientar de modo adequado a equipe que trabalha na instituição. Os funcionários não estavam preparados para as funções e nem para a metodologia de trabalho, prejudicando o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, com necessidades de atendimento integral e o desenvolvimento da cidadania.]

Palavras – Chaves: Criança. Adolescente. Assistente Social.

SUMMARY

This work has for purpose to show to the necessity of the professional of Social Service in a project educative partner who contributes, he modifies and he intervenes with the conditions of life of children and happened adolescents of families in situation of social vulnerability. The intervention happened on space do Project Child Making Art, whose main objective age to provide as children and adolescents in risk situation, a place opposing period to be remained on the school, but the one that if perceived during the period of training is that the project was not fulfilling entirely with its objectives, a time that the children did not have enabled professionals to exert the pelos functions which were nominated, with this, they did not obtain to narrow the bows to the group and nor its respect. In our perception, this of must to the fact not have a professional of the area of Social Service that could guide in adequate way the team that works in the institution. The employees were not prepared for the functions and nor for the work methodology, having harmed the recognition of the child and the adolescent as citizens of rights, with necessities of integral attendance and the development of the citizenship.

Word - Keys: Child. Adolescent. Social Assistant.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PAICAR – Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua

JOCUM – Jovens Com Uma Missão

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

PNBEM – Política Nacional de Bem Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

CECs – Centros de Educação Complementar

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais

NUTA – Núcleo de Treinamento ambiental Florir Floripa

FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

AFLOV – Associação Metropolitana de Voluntários

CEAS – Centro de Estudos de Ação Social

CRASS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de Crianças e Adolescentes que Frequentam o Projeto por Sexo.....	30
Gráfico 02 – Número de Crianças e Adolescentes por Faixa Etária.....	30
Gráfico 03: Motivo de Inserção das Crianças e Adolescentes no Projeto.....	31
Gráfico 04 – Formas de Inserção das Crianças e Adolescentes no Projeto.....	32
Gráfico 05 – Tipos de Família das Crianças e Adolescentes do Projeto.....	33
Gráfico 06 – Composição Familiar das Crianças e Adolescentes do Projeto.....	34
Gráfico 07 – Número de Componentes que residem junto às Crianças e Adolescentes do Projeto.....	35
Gráfico 08 – Renda Familiar das Crianças e Adolescentes no Projeto.....	36
Gráfico 09 – Renda Per Capita das Famílias das Crianças e Adolescentes.....	37
Gráfico 10 - Condições Habitacionais das Crianças e Adolescentes do Projeto.....	38
Gráfico 11 – Habitação das Crianças e Adolescentes do Projeto.....	38
Gráfico 12 – Número de Crianças e Adolescentes atendidos por Bairro.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	15
1. CRIANÇA E ADOLESCENTE: SUJEITOS DE DIREITOS.....	15
1.1. POLÍTICA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL	15
1.2. ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM FLORIANÓPOLIS	21
1.3. HISTÓRICO DO PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE.....	25
1.4. O PÚBLICO ALVO DO PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE	29
1.5. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE.....	40
CAPÍTULO II	44
2. ASSISTENTE SOCIAL: PROFISSIONAL NECESSÁRIO NO ATENDIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	44
2.1. A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	41
2.2. O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	54

INTRODUÇÃO

⌈ O presente trabalho de conclusão de curso é resultado da experiência do estágio curricular entre fevereiro à julho de 2005, realizado no Espaço do Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho se deu através da pesquisa bibliográfica, pela pesquisa documental, entrevistas e levantamento de dados. ⌋

Sendo assim, ⌈ a escolha do tema abordado se deu pela observação da ausência do profissional de Serviço Social, num projeto de caráter sócio-educativo, assistencial e psicossocial, que atende crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. ⌋

O histórico processo de exclusão e desigualdade social em nosso país, vem se aprofundando devido ao frágil compromisso das políticas públicas com o processo democrático e a qualidade do desenvolvimento humano e da cidadania que acabam não dando conta de todos os problemas sociais que surgem e nem garantindo os direitos sociais fundamentais assegurados.

Existem vários fatores que desencadeiam na população as situações de vulnerabilidade, tornando um desafio a organização do cotidiano e exigindo das famílias menos favorecidas esforços ilimitados e esgotantes. A prática de saberes por elas acumuladas é pouco valorizada e reconhecida no universo urbano, que exige mão-de-obra especializada, fora da vivência deles. Assim, as famílias desprovidas de qualificação profissional, vão para o setor terciário em busca de trabalhos informais, inclusive o responsável pelo sustento da casa, que sem ter onde deixar os filhos ficam a mercê da própria sorte.

Nesta perspectiva, o Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte, visa a educação complementar, transmitindo conhecimento e permitindo o aprimoramento do ser humano e das práticas sociais. Esta educação complementar visa a formação integral da criança e do adolescente, como forma de prevenção para não estarem sem proteção nas ruas e não sofrerem algum tipo de violência.

⌈ Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois capítulos. O primeiro, será um breve histórico da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil e em Florianópolis, com enfoque no Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte. Ainda neste capítulo, discorreremos sobre a experiência de estágio em Serviço Social no referido projeto. ⌋

No segundo capítulo, será feita uma discussão sobre as atribuições do profissional de Serviço Social, com enfoque na atuação junto a Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO I

1. CRIANÇA E ADOLESCENTE: SUJEITOS DE DIREITOS

1.1. POLÍTICA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

Uma das medidas utilizadas como forma de atendimento à infância abandonada foi a Roda dos Expostos ou Casa dos Enjeitados, que teve origem na Idade Média, mais precisamente na Itália e existiu em vários países do mundo nos séculos XVIII e XIX.

A primeira Roda dos Expostos no Brasil foi fundada em 1726, em Salvador, no estado da Bahia. Na época era a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o país. Outras rodas foram instaladas pelo país, no estado do Rio de Janeiro em 1738, no Rio Grande do Sul em 1849, em Santa Catarina em 1828. No ano de 1882 a Roda dos Expostos já existia em todas as províncias do território brasileiro. (MARCILIO, 2001).

Segundo Carvalho (1999),

A roda dos expostos destinava-se a proteção de crianças abandonadas nascidas na ilegitimidade. Tratava-se de um sistema parecido com uma janela que dava para a rua e girava em um eixo perpendicular. Esta era dividida em quatro setores por compartimentos triangulares, um dos quais se abria sempre para o lado externo, a rua, onde eram depositadas as crianças.

As mães e pais colocavam os seus filhos nesta abertura e giravam. Do outro lado, uma instituição recolhia a criança, preservando assim o sigilo sobre a identidade dos pais. As crianças colocadas nas Rodas eram basicamente os filhos das escravas, que as utilizavam na esperança de tirar os filhos da escravidão.

A partir de 1775, as crianças escravas colocadas nas Rodas eram consideradas livres, ainda que nem sempre isso acontecesse. A Roda também era amplamente utilizada pelos proprietários de escravos que não queriam se responsabilizar pelos encargos da criação da prole, seja ela de seus próprios filhos ou filhos de suas escravas. A Roda dos Expostos foi um dos maiores símbolos do pensamento assistencial brasileiro (CARVALHO, 1999).

A preocupação do Estado com a questão da infância pôde ser observada no ano de 1828 quando o imperador determinou que a educação religiosa e a regularidade de costumes

seriam as bases principais da boa ordem da sociedade. A partir disso, a ênfase na disciplina da criança e do adolescente foi vista como algo importante.

Nesta época, os legisladores regulamentaram o ensino, tornando-o obrigatório, incentivando a criação de escolas, bem como, facilitou o acesso das crianças pobres. Porém, na prática as escolas não eram destinadas a todos, já que não eram permitidos: "meninos que padecessem de moléstias contagiosas; os que não tivessem sido vacinados, e os escravos (SOUZA, 1998, p. 40)".

A política de atendimento à infância no Brasil até o ano de 1900 tinha como única instituição responsável, pela questão social, a Igreja Católica, que prestava atendimento à população pobre, principalmente nas Santas Casas de Misericórdia:

Durante todo o período colonial e ao longo do primeiro e segundo impérios não tivemos no País instituição pública que atendesse a chamada infância desvalida (...) essa tarefa, coube em primeiro lugar à Igreja. Santas casas de misericórdia, irmandades, congregações e confrarias formavam o conjunto de obras e benemerência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a chamada 'questão do menor'. (COSTA, 1990, p. 81).

A partir do ano de 1906, diversos projetos de lei foram debatidos, com o objetivo de regulamentar a proteção e a assistência à infância. Medidas de prevenção, proteção e assistência eram gestadas, visando a criança abandonada e delinqüente.

O final do século XIX e o início do XX ficaram marcados por grandes transformações políticas e sociais, dando início a um novo ciclo da trajetória da legislação brasileira relativa à infância. As duas primeiras décadas do século XX foram caracterizadas pelo debate em torno da Assistência e da Proteção relativas aos menores. Neste período se estabeleceu uma aliança entre Justiça e Assistência. Defendia-se a criação de uma legislação especial para menores, devido aos problemas com o aumento da criminalidade infantil e juvenil, na qual a educação (para o trabalho) e a recuperação (com base no trabalho) deveriam prevalecer em detrimento da punição (RIZZINI, 1993).

Neste momento da história surgiu um grande interesse em relação à criança, em particular aos cuidados a ela ministrados pela família, liderado pela medicina higienista, que abriu caminho para a intervenção jurídica que ganhou força no início do século XX. O médico Morcovo Filho, um dos maiores higienistas do Brasil, destacou-se pelo empenho em denunciar o descaso do país em relação à infância. Conforme Rizzini, (1998, p.111) "o jurista Evaristo de Moraes já estabelecia a relação entre o problema da infância e o contexto capitalista urbano, assim como, entre a infância desassistida e a criminalidade".

No decreto de 1923 institui-se o juiz de menor, tendo sido nomeado o jurista Mello Mattos, o primeiro Juiz de Menores da América Latina, que em 1927 cria o primeiro sistema público de atenção à criança e ao adolescente, o Código de Menores.

Assim, foram criados na cidade do Rio de Janeiro, através da política de assistência às crianças em situação de dificuldade pessoal ou social, pelo juizado de menores, os primeiros estabelecimentos oficiais de proteção à infância: O Abrigo de Menores, a Casa Maternal de Mello Mattos, a Casa das Mãezinhas, entre outros (AZEVEDO & GUERRA, 1993).

No período entre 1924 e 1964, foi aprovado o primeiro Código de Menores (1927) ao mesmo tempo em que foi desativada a Casa dos Expostos e regulamentado, pelo Poder Judiciário, o Juizado de Menores, órgão responsável por todas as instituições auxiliares aos menores, tornando o Estado o responsável legal pela tutela da criança órfã ou abandonada até os 18 anos de idade.

Em 1925, foi criado o Conselho de Assistência e Proteção ao Menor, que tinha como um de seus objetivos visitar e fiscalizar os estabelecimentos de menores, fazer propaganda contra os males sociais da marginalidade e promover meios de obtenção de recursos para proteger menores abandonados, infratores e portadores de deficiência mental.

A promulgação do Código de Menores aconteceu em 1927 pelo juiz de Menores da América Latina, Dr. José Cândido de Albuquerque Mello. O código proibia o trabalho de crianças até os 12 anos e instituía que as que estavam na faixa etária entre 14 e 18 anos eram sujeitas a internação em “estabelecimentos especiais” se necessitassem e somente após os 18 anos, eram consideradas responsáveis pelos erros cometidos.

O código consolidou as leis de proteção e assistência à infância da época, merecendo destaque por reunir em seu bojo, tanto as normas de repressão à delinquência juvenil e de proteção aos menores abandonados quanto as primeiras normas de abrangência nacional relacionadas ao trabalho infanto-juvenil. (...) Porém a lei trazia em seu texto a concepção dominante na época da criança e do adolescente pobre como em privação material e moral e como elemento de ameaça a sociedade (CARDOSO, 2000, p.10).

No início da década de 30, a questão da criança e do adolescente passa a ter fundamental importância no contexto social do país, já que a situação de vulnerabilidade da criança era associada ao quadro social de pobreza da população e a criminalidade associada aos menores voltava a incomodar, exercendo pressão para que se instituísem leis mais severas de punição. Assim, setores da sociedade levantaram-se para defender, uns o encarceramento precoce de menores e outros a necessidade de assistência a esta demanda:

Uma série de leis criadas entre os anos 30 e 40 focalizaram, por um lado, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, através de programas de educação e saúde, buscando-se estruturar políticas sociais básicas (Conselho Nacional de Serviço Social, Departamento Nacional da Criança, Legião Brasileira de Assistência); e, por outro, medidas de recuperação e controle dos menores abandonados e delinquentes, através da internação e repressão à criminalidade, firmando políticas "especiais" (compensatórias), que variavam de acordo com o "grau de periculosidade" do menor (Serviço Nacional de Menores/SAM; delegacias de polícia; estabelecimentos de triagem e internação de menores).

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM), foi criado em 1941 para atender crianças e adolescentes, substituindo o Juizado de Menores, com o objetivo de sistematizar e orientar serviços de assistência, prover exame médico psico-pedagógico (assistência científica), abrigar, recolher e internar menores considerados desvalidos e delinquentes em estabelecimentos adequados para educação e tratamento Conforme Costa (1990, p. 82), “para o recolhimento dos menores, o SAM contava com o Serviço de Fiscalização e Repressão a Mendicância”. O SAM era um estabelecimento menorista chamado “sucursal do inferno” e “escola do crime”.

No ano de 1959, ocorreu um movimento que levou à elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas que veio corroborar para uma reforma que garantisse o respeito aos direitos da criança.

A partir do golpe militar (1964), com a instituição da Política de Segurança Nacional, começa a haver uma modificação na realidade das crianças e adolescentes, a partir da criação da lei 4.513/64, que estabelecia a Política Nacional de Bem Estar do Menor¹ (PNBEM). Neste mesmo ano foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) substitui o SAM, embasada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, nos estados o órgão executar, chamado Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) que tinha por objetivo: “Assegurar prioridades aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitando o atendimento em cada região (FALEIROS, 1997, p.22)”.

No final da década de 60, houve novas tentativas de revisão do Código de 1927, sem sucesso, pois a época era de intensa repressão, repercutindo na legislação sob variadas formas de controle social e cerceamento dos passos dos menores, com o ressurgimento de velhas

¹ Projeto elaborado por uma Comissão formada pelo ministro da Justiça, João Mangabeira (1963) e terá parte de suas propostas incluídas na Lei 4.513, de 1/12/64, que criou a Fundação Nacional do bem-estar do Menor. As propostas mantidas eram: extinção do S.A.M. e criação de uma Fundação Nacional, subordinada à Presidência

propostas que aparentemente haviam sido superadas (leis de censura, tentativa de rebaixamento da inimputabilidade penal para 16 anos, aplicação de medidas de privação de liberdade, entre outros). Os anos 70 reproduziram a continuidade dos embates anteriores em torno da legislação, acirrando posições divergentes a respeito da oficialização de um Direito Menorista. A finalidade de rever esta legislação era para que o menor fizesse parte do meio social, que as crianças e adolescentes com o comportamento desviante se reintegrassem ao modelo de sociedade vigente. (RIZZINI, 1993).

No final da década de 70, observam-se algumas políticas diferenciadas, são tomadas decisões em favor da criança e do adolescente no que tange as políticas públicas. “ [...] o menino deixa de ser visto como um feixe de carência e passa a ser percebido como sujeito da sua história e da história de seu povo, como um feixe de possibilidades abertas para seu futuro. Agora se pergunta o que ele é, o que ele sabe o que ele traz o que ele é capaz (COSTA, 1990, p. 83)”.

No que diz respeito à promoção e defesa dos direitos da criança, o Brasil foi o primeiro país da América Latina e um dos primeiros do mundo a redirecionar sua legislação com o que há de melhor na normativa internacional. Em 1979, ano Internacional da Criança, é promulgada a lei 6697/79 que cria o Código de Menores, que tratava da proteção ao menor desamparado (SOUZA, 1995):

O código de Menores define como situações irregulares a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou por encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial (FALEIROS, 1979, p. 81).

A década de 80 foi marcada pelo esforço da sociedade brasileira para restaurar o estado de direito, rejeitando as práticas repressivas impostas pela lei e construindo um processo de redemocratização que garantisse a participação de vários setores da sociedade na definição de novos rumos políticos e sociais, abrindo espaço para o que se acredita ser a mais significativa reformulação da história da legislação para a infância (SOUZA, 1995).

Nesta época, conforme Cardoso (2000, p.10):

Surgem vários movimentos sociais em defesa dos índios, mulheres, negros, sem teto, pelas eleições diretas e pela instalação da assembleia nacional constituinte.

Dentro deste processo surge também, o movimento pelos direitos da criança e do adolescente motivados pelas velhas práticas repressivas de lidar com a criança e adolescente pobre como ameaça ao perigo, romper com as políticas assistencialistas correcionais e de isolamento, construir uma nova forma de trabalhar com os meninos e meninas de rua, compreender a criança e o adolescente como cidadão e contribuir para a formulação de novas leis que refletissem esses ideais.

Sendo assim, no dia 13 de julho de 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que passou a vigorar em 13 de outubro do mesmo ano. A lei nº 8069 que regulamenta o artigo 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 e tem como objetivos fundamentais: a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direito e a afirmação de sua condição como pessoa em desenvolvimento e preconiza a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais. Seus pressupostos, baseados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), fizeram ressurgir algumas idéias acalentadas no passado (CARVALHO, 1999).

O ECA surgiu como proposta de política social para crianças e adolescentes, colocando lado a lado família, sociedade e Estado, como co-responsáveis pela dignidade e direitos dessa parcela da população (CARVALHO, 1999). O artigo 227 da Constituição Federal preceitua que:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito a vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

No Estatuto da Criança e do Adolescente, o termo menor, carregado de um sentido ideológico de exclusão, foi substituído por criança e adolescente, que trazem, aparentemente, um conteúdo ideológico de igualdade (JÚNIOR, 2002).

Ainda na década de 90, para reconhecer e fiscalizar os direitos sociais e de proteção da criança e adolescente, foram criados os Conselhos Tutelares e dos Direitos, cuja atribuição é a formulação e controle de políticas sociais básicas ou compensatórias voltadas à infância e a adolescência. Criou-se no mesmo período o Juizado da Infância e da Juventude vindo a garantir os direitos estabelecidos no ECA (SOUZA, 1995).

O Conselho Tutelar previsto no artigo 131 do ECA é um órgão permanente, autônomo não jurisdicional” encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, eles funcionam com a presença dos conselheiros, que atendem diretamente os

pais ou responsáveis, exercendo sua função de maneira integrada aplicando medidas de proteção previstas no ECA (CARVALHO, 1999).

Mesmo com as mais modernas leis de proteção à Infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças continuam sendo vítimas de negligência, abandono e abusos de toda espécie (até mesmo no ambiente familiar).

Assim todos os direitos garantidos pelo ECA, ou seja o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e à proteção ao trabalho devem estar contemplados na elaboração de políticas públicas.

A desigualdade social no Brasil é uma das maiores do mundo, fruto da concentração excessiva da renda produzida no país na mão de poucos indivíduos. Um dos efeitos diretos que a desigualdade social produz é o elevado grau de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes situados em famílias com renda mínima e insuficiente para uma vida digna, com ausência dos direitos sociais básicos de habitação, alimentação, escolarização, profissionalização e do respeito às diferenças raciais, sociais e de gênero. Quanto mais expostos a situações de vulnerabilidade as crianças e adolescentes estiverem, tais como pobreza, violência, raça, gênero, mais ele estará sujeito ao processo de exclusão social (ASSIS, 2002).

Frente a isto, cabe ao Estado a promoção e garantia dos direitos humanos destas crianças e adolescentes, que vivem em situação de vulnerabilidade, por meio de políticas públicas que coloquem a criança, o adolescente e sua família como prioridade (ASSIS, 2002).

1.2. ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM FLORIANÓPOLIS

O município de Florianópolis no ano de 2005 possuía, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população de 360.601 habitantes, sendo uma capital de porte médio com uma sensível expansão demográfica que promete apresentar grande desenvolvimento social.

É conhecido o fato que com a crescente concentração de terra em poder de uma minoria, grande número de famílias estão sendo expulsas do campo ou deixando-o para ter uma vida mais digna, migram as cidades pensando que terão a oportunidade de estudar e de trabalhar.

Este quadro de carências sócio-econômicas, ocasionado, sobretudo por uma política nacional que dá origem e reproduz um dos maiores níveis de desigualdade social, desencadeiam uma série de situações/problemas como: favelização das regiões periféricas, conflitos familiares e exposição de crianças e adolescentes a ociosidade e a marginalização (PEREIRA, 2005).

A cidade virou um pólo de atração, seja turística ou em busca de melhor qualidade de vida, de uma oportunidade. É um eixo de migração muito forte, considerando que temos mais de 20 mil pessoas que vivem à margem da pobreza, e, conseqüentemente, com problemas sociais evidentes.

No caso específico da criança e do adolescente, pode-se afirmar que é um número expressivo, já que o município de Florianópolis possui uma população na faixa etária dos 07 aos 17 anos de aproximadamente 61.438 habitantes (Prefeitura Municipal de Florianópolis²). Vítimas de exploração econômica familiar, as crianças e adolescentes são eleitos responsáveis pelo sustento do grupo. Esses pequenos cidadãos saem às ruas a mercê da própria sorte, passando a incorporar gradativamente a cultura da rua e vivenciando sua violência.

Conforme abordagem no item anterior, com a promulgação da lei 8069/90 a criança e o adolescente passaram a ser sujeitos de direitos. Isso significa que o atendimento e a proteção não são favores concedidos, são direitos assegurados por lei.

Todo este processo de implementação do estatuto ocorreu lentamente e de forma bastante difícil no país e também em Florianópolis.

Em julho de 1992 foi aprovada e publicada a Lei Municipal n.º.794/92 que dispõe sobre a política de atendimento às crianças e adolescentes no município de Florianópolis. Nesta lei, inclui-se uma rede de órgãos e instrumentos para a efetivação desta política, tais como: “ Fórum Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (SCHLICHTING, 1997, p. 61)”.

As instituições que prestavam atendimento à criança e ao adolescente que existiam no início da década de 90, em Florianópolis, tinham uma atuação fragmentada e assistencialista. Não era desenvolvida nenhuma ação com o objetivo de alertar a população sobre os seus direitos, em especial os direitos da criança e do adolescente, gerando certa acomodação na população no que se refere à cidadania e direitos humanos.

² <http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=demografia> > acesso 18/07/2006 > hora 10:35

Durante o ano de 1992 havia instituições governamentais e não governamentais que atendiam crianças e adolescentes em situação de risco, principalmente as que viviam pelas ruas da Capital. Dentre as iniciativas governamentais, destacavam-se: Projeto Casa da Liberdade, Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua – PAICAR, e o Centro Piloto. Dentre as instituições de iniciativa não governamental destacam-se: Jovens com uma Missão (JOCUM) e a Fundação Vida.

Atualmente Florianópolis desenvolve vários Programas e Projetos de atenção à criança e ao adolescente que são vinculados à Prefeitura Municipal, na Secretaria da Criança do Adolescente da Família do Idoso e do Desenvolvimento Social, administrados pela Gerência da Criança e do Adolescente.

Alguns programas e projetos de atenção à criança e ao adolescente da Prefeitura Municipal de Florianópolis³ têm caráter preventivo. São eles:

- Projeto SOS Criança - disque denúncia de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica;
- Agente Jovem – trabalha o protagonismo juvenil, através da identificação e aproximação do adolescente enquanto sujeito social coletivo, participante do processo de transformação de suas condições objetivas de vida e seu público alvo é: adolescentes entre 15 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade social;
- Brinquedoteca – proporciona às crianças e adolescentes atendidas pelos Programas e Projetos do Complexo Cidade da Criança⁴ o direito de brincar, experimentar e aprender. Público Alvo: Crianças e Adolescentes atendidas no Complexo Cidade da Criança, Promenor, Lar Recanto do Carinho e Creche Irmão Celso.
- Casa da Liberdade - oportuniza espaços de convivência sócio-educativa para crianças e adolescentes, evitando a exposição destas às situações de risco e preparar o adolescente para o mercado de trabalho. Público Alvo: crianças e adolescentes, entre 07 e 18 anos.
- Centros de Educação Complementar (CEC's) – oportuniza espaços de convivência sócio-educativa para crianças e adolescentes nas localidades onde residem, evitando a exposição destas às situações de risco e preparando-as para uma vivência plena da cidadania. A atividade desenvolvida tem como tripé a educação, a família e a comunidade. Neste

³ Dados do Relatório de Atividades 2005 da Gerência da Criança e do Adolescente – SCAFIDS.

⁴ Complexo Cidade da Criança: Localizado no bairro Agrônômica, onde estão alguns dos projetos e programas de atenção à criança e adolescente (Projeto Crianças Fazendo Arte, Sentinela, PETI, Brinquedoteca, Abrigo Masculino, Liberdade Assistida, SOC Criança e as Oficinas do Agente Jovem)

sentido, a gestão dos Centros é realizada de forma que a comunidade participe ativamente da sua programação e atividades. Público Alvo: crianças e adolescentes, entre 07 e 14 anos.

- **Crianças Fazendo Arte** - desenvolve oficinas sócio-educativas para crianças e adolescentes evitando a exposição dessas as situações de risco e preparando-as a uma vivência plena da cidadania. Tem como público alvo crianças e adolescentes, entre 07 e 18 anos incompletos. Este Projeto é o objetivo deste trabalho e será apresentado o seu funcionamento, seu histórico, público que é atendido e mostrar a importância do profissional de Serviço Social, nesta instituição.

- **Guias Mirins** - oportuniza experiência de iniciação ao trabalho e de desenvolvimento pessoal e social a adolescentes em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a construção da cidadania. Público Alvo: adolescentes, entre 16 e 18 anos em situação de vulnerabilidade. Resultados Alcançados: Aproximação da família.

- **Orquestra Sinfônica** – proporciona às crianças e adolescentes a ampliação do seu universo cultural e percepção musical, através da formação e oferta da prática instrumental. Público Alvo: crianças e adolescentes de 10 à 18 anos.

Além destes, existem programas e projetos de atenção à criança e ao adolescente com caráter de proteção e de defesa:

- **Abordagem de Rua de Crianças e Adolescentes.** - oportuniza o resgate de vínculo de crianças e adolescentes que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, com segmentos organizados da comunidade (família, escola, unidades de saúde, programas e/ou projetos sociais, recambamentos e comunidades terapêuticas), evitando sua exposição aos riscos que a rua oferece. Público Alvo: crianças e adolescentes em situação de rua.

- **Abrigo** - abriga temporariamente por um prazo de até 90 dias, em caráter de medida protetiva, crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 18 anos incompletos, do sexo masculino, em situação de violação de seus direitos. Público Alvo: crianças e adolescentes de 07 a 18 anos incompletos, do sexo masculino, em situação de violação de seus direitos.

- **Programa de medidas sócio-educativas liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade** - adota as medidas sócias educativas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a uma comunidade), como forma de prestar acompanhamento e orientação ao adolescente autor de ato infracional, promovendo a reinserção sócio-familiar, fornecendo suporte e auxílio à família e evitando a reincidência. Público Alvo: 100% dos encaminhamentos realizados pelo Juizado da Infância e Juventude e Promotoria da Infância e Juventude.

- Programa de orientação e apoio sócio familiar - acompanha e orienta a família visando a sua autogestão e o suprimento das necessidades básicas, tendo em vista a reorganização da dinâmica familiar para que sejam assegurados os direitos da criança e do adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Público Alvo: Famílias de crianças e adolescentes, encaminhadas pelos Conselhos Tutelares e Juizado da Infância e Juventude.

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – retira as crianças e os adolescentes do trabalho, que coloca em risco seu desenvolvimento integral. Público Alvo: Crianças e Adolescentes de 07 a 15 anos que se encontram em situação de trabalho, provenientes de famílias de baixa renda.

- Sentinela - presta atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica, sexual e negligência, em regime de proteção especial. Tem como público alvo: crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica, sexual e negligência.

1.3. HISTÓRICO DO PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE

Em 1996 o Projeto Abordagem de Rua realizou uma estatística que constatou uma demanda considerável de crianças e adolescentes em vulnerabilidade de risco pessoal e social (crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, com histórico de violência doméstica, carência cultural e social e que apresentaram fracasso escolar). Assim, foi estruturado o projeto NUTA – Núcleo de Treinamento Ambiental Florir Floripa com o objetivo de atender as crianças que se encontravam nas diferentes situações citadas acima. O Projeto visava retirar as crianças e adolescentes das ruas e transformá-los em agentes de difusão da preservação do meio ambiente, proporcionando uma alternativa viável para atuação na área social. (SILVEIRA, 2005).

O objetivo deste Projeto era viabilizar a ornamentação e paisagismo do município, envolvendo escolas e associações comunitárias a desenvolverem o embelezamento de suas localidades com o fornecimento de mudas produzidas pelo NUTA. Com intuito de ressaltar a importância do meio ambiente, os alunos tinham noções básicas sobre ecossistemas de restinga, mangue, encosta, mata atlântica e das unidades de conservação. (SILVEIRA, 2005).

O projeto iniciou no dia 21 de junho de 1999, numa sala cedida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão (EPAGRI) na Agrônômica. Tudo começou com 60 (sessenta) crianças e adolescentes divididos em período matutino e vespertino, que se encontravam em situação de risco social e pessoal. Contava com dois coordenadores, um para cada período, uma pedagoga que atuava nos dois períodos e um jardineiro que atuava no período integral. Meses depois, o projeto contava com dois estagiários na área de matemática e de pedagogia. Nos três primeiros meses, as crianças seguiram um cronograma de aulas teóricas, onde foram abordados os mais diversificados e atualizados assuntos como: violência, drogas, sexualidade, adolescência, gravidez na adolescência, educação ambiental, reeducação alfabética para crianças e adolescentes.

Inicialmente, o projeto fazia parceria com a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), Escritório Municipal de Pesca e Agricultura (EMAPA), Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, Secretaria da Educação, COMCAP, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal da Assistência Social e Governo Federal.

No dia 19 de setembro de 1999 o Projeto NUTA recebeu uma sala ao lado da Casa de Passagem (lado direito) na Agrônômica. O lançamento oficial do Projeto ocorreu em 19 de setembro de 1999. Quando então ocuparam o seu atual espaço.

O Projeto capacitava crianças e adolescentes em diversas áreas como:

- Educação ambiental: jardinagem, ecologia, plantio, produção de mudas, aulas teóricas, passeios;
- Oficinas: atletismo, judô, capoeira, “*street dance*”, tênis, artesanato, inglês, pintura, tricô, artes carnavalescas e violão;
- Reforço escolar (apoio pedagógico);
- Curso de computação.

Eram realizados diversos passeios que iam ao encontro com a vontade das crianças e adolescentes como: praia, McDonalds, dunas, entre outros.

O Projeto disponibilizava uma bolsa de aprendizagem visando a motivação dos usuários, objetivando minimizar os problemas sociais, estendendo às famílias um auxílio alimentação em recompensa à dedicação e assiduidade escolar.

As crianças/adolescentes recebiam duas refeições (café/almoço) e as famílias eram contempladas com uma cesta básica mensal para auxiliar na renda das famílias.

A seleção das crianças e adolescentes era feita por um levantamento social efetuado pelos Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Os critérios eram: ter de 7 (sete) a 17 (dezesete) anos, estarem matriculados na rede pública de ensino, situação sócio econômica, ser morador de Florianópolis e estar em risco social e pessoal (exemplo: estar nas ruas enquanto os pais trabalham estar pedindo esmola ou trabalhando, ter sofrido algum tipo de violência, envolvimento com drogas, etc.).

Este projeto da prefeitura possibilitava a educação complementar e ambiental e seu propósito era oferecer condições de integração social, contribuindo para a formação de cidadãos por meio do desenvolvimento de práticas ambientais com cunho profissionalizante, tornando-os agentes de difusão da preservação do meio ambiente.

O Projeto Florir Floripa contava no seu quadro de pessoal com dois coordenadores, sete monitores, três professores, dois motoristas, totalizando uma equipe de doze integrantes.

O Projeto funciona com jornada ampliada. Neste tipo de ação as crianças/adolescentes atendidos devem ter acesso a apoio pedagógico, atividades desportivas, de cultura e lazer que propicie a ampliação do seu universo de conhecimentos e experiências, evitando a evasão escolar e o contato com o trabalho precoce. Assumindo estas responsabilidades, a jornada permite que as famílias possam se concentrar numa busca de formas de geração de renda que permita a manutenção da mesma. (SILVEIRA, 2005).

Atualmente o Projeto é coordenado pela Secretaria da Criança do Adolescente da Família do Idoso e do Desenvolvimento Social, gestado pela Gerência da Criança e do Adolescente. Localizado no Complexo Cidade da Criança, na Rua Rui Barbosa no bairro Agrônômica. O Projeto passou por uma reestruturação, tanto do espaço físico quanto no quadro de funcionários, priorizando o caráter sócio-educativo, assistencial e psicossocial.

O Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte disponibiliza as seguintes opções:

- Oferece às crianças e adolescentes duas refeições diárias. No período matutino é servido o café da manhã e o almoço. No período vespertino é servido o almoço e o café da tarde;
- Acompanhamento e orientação educacional;
- Oficinas culturais, recreativas e esportivas: artes, tênis, capoeira, dança, percussão, educação ambiental, apoio pedagógico e educação física;
- Atendimento individualizado nas áreas de Pedagogia;

Atividades que ainda poderão ser oferecidas e incluídas no plano e serão desenvolvidas pela Gerência da Criança e Adolescentes. São eles:

- Atendimento com profissionais de Serviço Social e Psicologia;
- Encaminhamento e orientação quanto a oportunidade de trabalho;
- Orientação e subsídios para a aquisição de documentos;
- Serviço de biblioteca, com consulta e empréstimo domiciliar;
- Encaminhamento para outros cursos profissionalizantes promovidos pela prefeitura ou por outras instituições;
- Orientações de higiene e saúde;
- Encaminhamento para consultas e exames médicos, odontológicos e laboratoriais, quando necessários;

As normas para ingresso no Programa Sócio Educativo são as seguintes:

- Estar na faixa etária entre 07 e 17 anos;
- Frequentar obrigatoriamente o ensino formal;
- Respeitar as normas previstas no regimento interno do Programa;
- Passar por avaliação da assistente social (que não existe no cargo) e/ou psicológica ou psicopedagoga;
- Entregar os seguintes documentos: cópia da certidão de nascimento, atestado de matrícula ou frequência, comprovante de residência, documento dos pais e/ou responsáveis, cópia do cartão do SUS e cópia da carteira de vacinação (PEREIRA, 2005).

O atendimento às crianças e adolescentes inicia-se com a saída de casa, onde os mesmos são levados pelos microônibus ao Projeto (são dois ônibus que fazem rotas diferentes: um sai para o Norte da Ilha e outro para o Continente). O ônibus do Continente sempre chega antes do ônibus do Norte, já que a distancia é maior. Primeiramente é servido o café da manhã, em seguida é feito um círculo para os informes e as chamadas. As crianças e os adolescentes são divididos em turmas de acordo com a idade, respectivamente: A – 07 a 09 anos, B – 10 a 12 anos, C – 12 a 14 anos, D – 14 a 17 anos e são encaminhados para as oficinas, pelos monitores, onde participam diariamente de três atividades. Ao final das atividades é servido o almoço e os mesmos são conduzidos à escola (pelo microônibus). No período vespertino segue a mesma ordem, a diferença é que eles são pegos nas escolas e deixados ao término das atividades do Projeto em suas casas.

O Projeto tem como um de seus princípios manter a criança e o adolescente na escola regular num período e no outro sua participação nas oficinas sócio-educativas e os maiores de 17 anos são encaminhados ao mercado de trabalho.

Atualmente, o trabalho é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar da qual fazem parte: um coordenador geral, uma coordenadora pedagógica, onze professores das oficinas culturais e esportivas, quatro monitores, uma estagiária de serviço social, dois motoristas e uma nos serviços gerais.

1.4. O PÚBLICO ALVO DO PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE

O Projeto Sócio Educativo Criança Fazendo Arte atende meninos e meninas em situação de risco, na faixa etária de 07 a 17 anos. Em 2005, realizamos um levantamento sócio-econômico junto aos cadastros das crianças e adolescentes inseridos no projeto e, desta forma, pudemos conhecer um pouco mais acerca do público alvo do projeto. Foram levantados dados de identificação pessoal (sexo, idade, escolaridade), o motivo de inserção na instituição, as formas de inserção no projeto, a constituição das famílias, renda familiar, renda per capita, condições habitacionais, bairros de origem, dentre outros. Os dados apresentados a seguir se referem a informações retiradas das fichas de inscrição das 100 (cem) crianças e adolescentes que freqüentavam o projeto no período de fevereiro à julho de 2005.

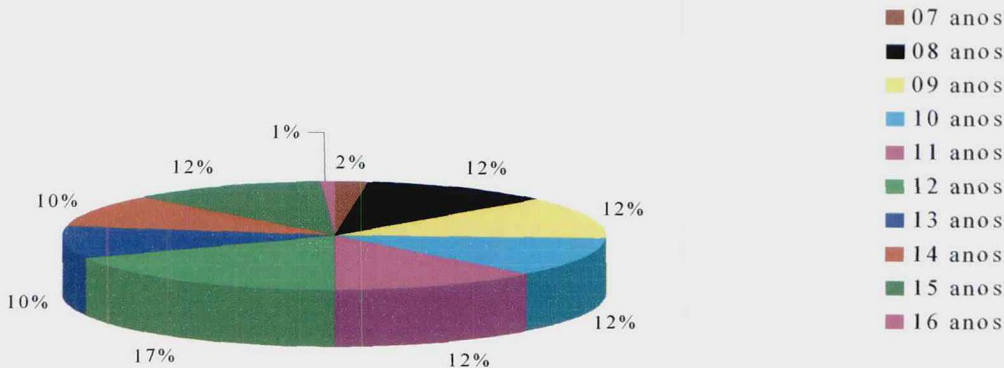
A maioria das 100 (cem) crianças e adolescentes atendidas pelo Projeto é composta de meninos, conforme podemos verificar no gráfico 01. Percebe-se que os meninos estão mais expostos a situações de risco. Isto pode expressar uma expressão de gênero, já que as meninas são criadas para ficar em casa e auxiliar nas tarefas domésticas e os meninos são educados para ficarem na rua, aceita-se que brinquem mais na casa de amigos e para o “mundo do trabalho”, já que geralmente começam a trabalhar mais cedo. Assim, são vítimas maiores das drogas, tráfico, alcoolismo, violência física, trabalho infantil, entre outros.

GRÁFICO 01 – NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O PROJETO POR SEXO



Além de identificarmos a demanda pelo sexo, podemos identificá-la pela faixa etária. De acordo com o gráfico 02, verifica-se que o Projeto possui um número maior de adolescentes com 12 (doze) anos, que são 17% e somente 1% dos adolescentes possui 16 (dezesesseis) anos.

GRÁFICO 02 – NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR FAIXA ETÁRIA



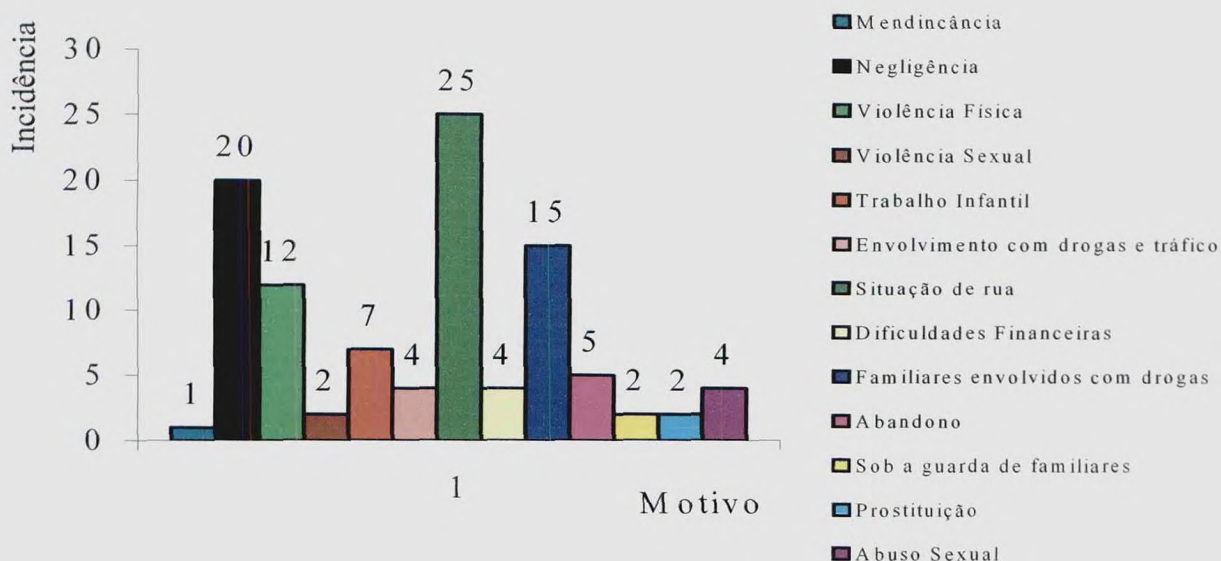
De acordo com Ballone (2001), a partir dos 10 e 11 anos muitos sonhos das crianças acerca de seu futuro, desaparecem. Muitos deles acabam sendo influenciados ou até obrigados a roubar, vender drogas, prostituir-se como única possibilidade de sobrevivência.

No período de estágio foi possível observar que aos doze anos, fase de transição da infância para a adolescência, eles encontram-se mais vulneráveis às situações de risco, já que tanto os pais, quanto eles acham que podem fazer tudo sozinhos, expondo-se a situações e locais inadequados, até mesmo perigosos e dos quais ainda não têm condições de se proteger.

Este período de transição entre infância e adolescência é o período em que se vivenciam novas experiências. É um período confuso, de contradições, doloroso, caracterizado muitas vezes por atritos de família, na escola, no ambiente em que vive. É quando o adolescente deixa de ser criança para entrar no mundo adulto, mundo este tão desejado, mas tão temido. A adolescência é a fase da vida em que o indivíduo é criança em seus jogos, brincadeiras e é adulto com seu corpo, com seus novos sentimentos e suas expectativas de futuro (BALLONE, 2001).

Como já apontado anteriormente, o objetivo do Projeto é resgatar a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Assim, através dos dados do gráfico 03 é possível observar os motivos da inserção das crianças e adolescentes na instituição.

GRÁFICO 03: MOTIVO DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROJETO

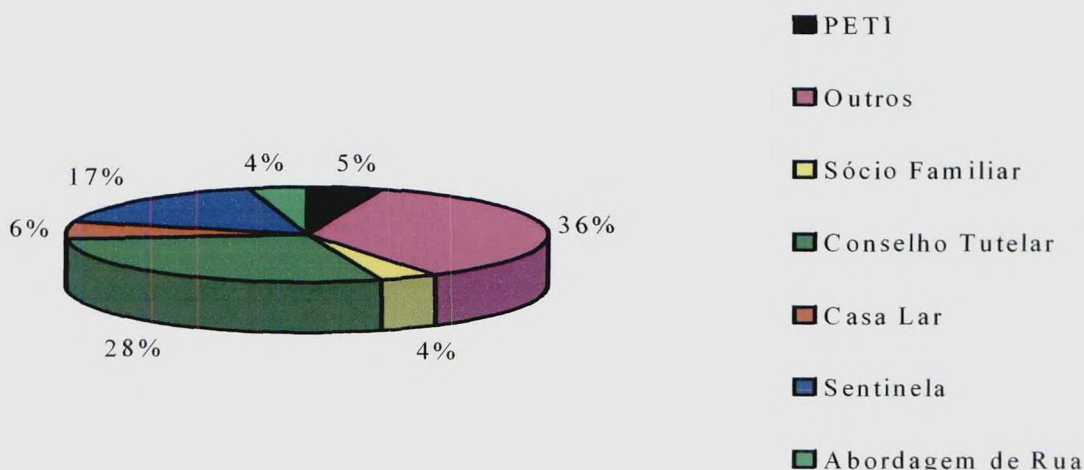


Dentre os tipos de vulnerabilidade social e pessoal apresentados pelos familiares dos usuários como motivo da procura do serviço podemos destacar que a maior incidência é de crianças que ficavam na rua (vinte e cinco), seguidas de situações de negligência (vinte) e o fato dos familiares estarem envolvidos com o uso e/ou tráfico de drogas (quinze).

Há crianças na rua devido a diversos fatores, tais como, a desestruturação familiar e social, fazendo desse local um espaço de sobrevivência, embora aí estejam expostas a vários tipos de riscos. Assistimos à reprodução de gerações de abandono e de negligência, perpetuando a miséria e relações familiares irresponsáveis.

As crianças e adolescentes que estão inseridos no Projeto pelos motivos citados anteriormente, são encaminhados por Programas da Prefeitura Municipal de Florianópolis que zelam pelos seus direitos, no gráfico 04 pode-se identificar os Programas que trabalham em parceria com o Projeto Crianças Fazendo Arte para dar melhores condições de vida a estas crianças e adolescentes.

GRÁFICO 04 – FORMAS DE INSERÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROJETO



Conforme podemos verificar no gráfico 04 a maior demanda atendida pela instituição são de familiares que procuram espontaneamente o projeto, 36%. Estes tentam proteger as crianças e adolescentes das diversas situações de risco, já que ficam sozinhos em casa sem

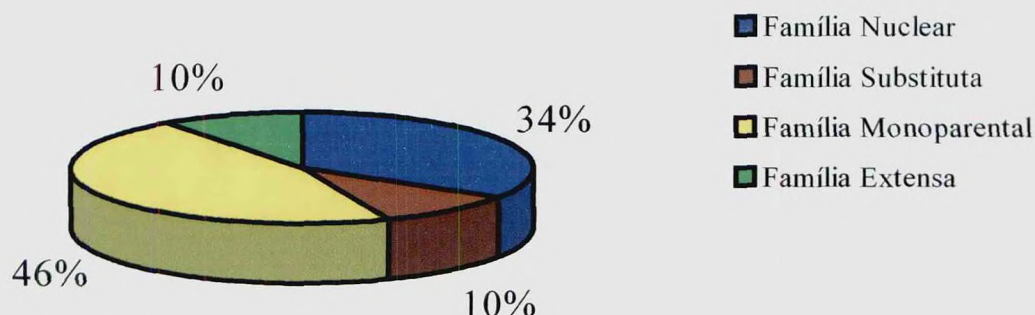
nenhum responsável, pois os pais necessitam trabalhar e eles acabam saindo para rua ficando à mercê, principalmente da violência.

Além disso, a mulher conquista um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, não ficando mais confinada somente às atividades domésticas. Assim, elas procuram por Projetos para deixar seus filhos, pois segundo eles são lugares seguros e que ensinam “coisas boas”⁵.

O Conselho Tutelar é a segunda instituição atendida pelo Projeto. O Conselho é um órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, quando é verificado o não cumprimento destes direitos os mesmos são encaminhados para as medidas cabíveis a cada caso.

O gráfico 05 aponta os modelos de família das crianças e adolescentes atendidas pelo Projeto.

GRÁFICO 05 – TIPOS DE FAMÍLIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO



De acordo com o gráfico 05, o número mais freqüente de famílias encontradas é a monoparental (46%), logo após, com 34%, está a tradicional família nuclear. Em seguida, cada uma com 10% de frequência, a família extensa e a família substituta.

⁵ Relato de alguns pais que procuraram espontaneamente o Projeto.

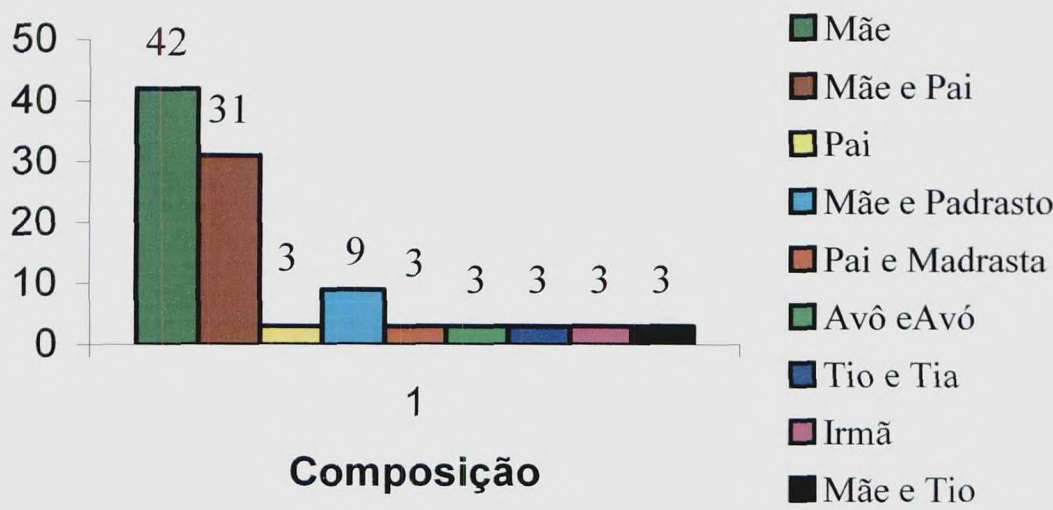
Segundo Szymanski (2002), a família pode ser: nuclear, extensa, monoparental e substituta. A nuclear é composta por duas gerações mais os filhos biológicos é a unidade principal das sociedades mais avançadas. A extensa é composta por três gerações ou quatro gerações (avós, tios, primos, irmãos, cunhados). A família substituta é escolhida e aceita de forma declarada ou não para funcionar como família nuclear ou extensa. A família monoparental é chefiada por um dos membros da família, ou seja, mãe e filhos e pai e filhos em situação de celibato, viuvez ou divórcio.

A família monoparental está mais sujeita a vulnerabilidade podendo ser verificada mediante confronto com alguns indicadores sociais e econômicos. As características da estrutura familiar, o número de adultos presentes no lar, a educação dos pais, geralmente influenciam o comportamento, o bem-estar, a saúde e os resultados futuros das crianças.

Com a análise o gráfico 05, verifica-se que o modelo de família nuclear (pai, mãe e filhos), passa por um período de crise e o modelo de família monoparental (pai e filho/mãe e filho) é crescente devido ao número de casais separados ou divorciados, madrastas e padrastos ou mães e pais que criam seus filhos sem a ajuda do cônjuge.

No que diz respeito a organização familiar, podemos analisar com o gráfico 06 a composição familiar dos participantes do Projeto.

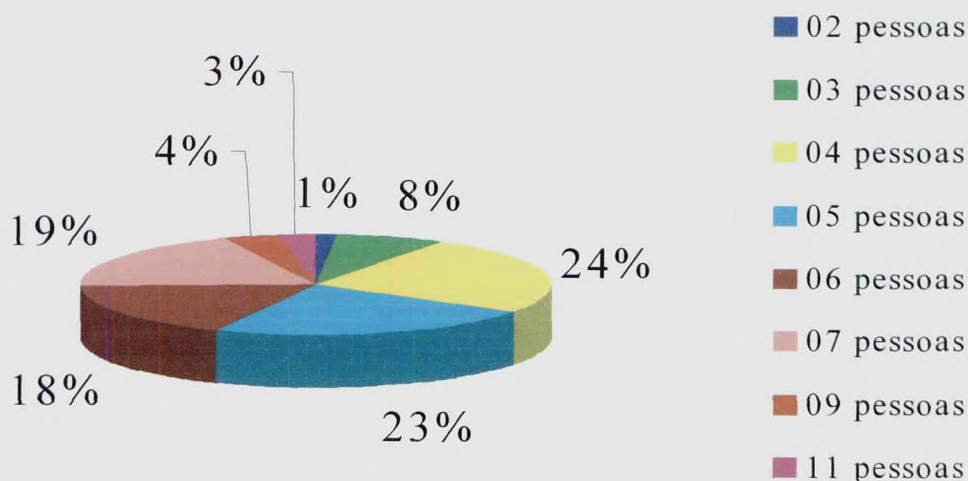
GRÁFICO 06 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO



Analisando o gráfico 06, podemos verificar que 42% das famílias são chefiadas pela mulher (mãe). Os papéis da mulher sofreram alterações, pois antigamente desde a infância a mulher preparava-se para obedecer e se submeter aos irmãos e ao pai, cabia à mulher papéis assimétricos em relação ao homem na família e no casamento (BARROCO, 2001). Hoje as mulheres não estão mais submissas aos homens e acabam assumindo toda a responsabilidade dos filhos sozinhas sem a ajuda do pai da criança. Com isso, a forma de organização familiar em que a mulher também contribui para o seu sustento ganhou e continua ganhando proporções consideráveis. Mas ainda 31% das famílias seguem o modelo tradicional, onde os dois estão presentes na formação dos filhos.

Como já foi visto anteriormente, as famílias dos anos 90 têm como característica o número reduzido de filhos, uma média de 2,5 filhos. No gráfico 07 podemos verificar como está média é entre as famílias das crianças e adolescentes que estão na instituição.

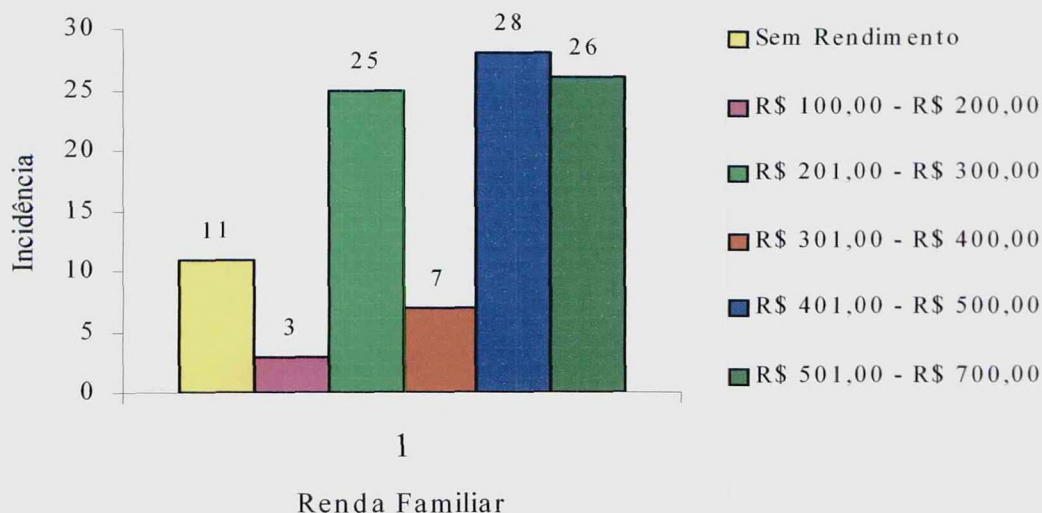
GRÁFICO 07 – NÚMERO DE COMPONENTES QUE RESIDEM JUNTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO



O gráfico 07 mostra o número de componentes das famílias das crianças e adolescentes que freqüentam o Projeto Sócio educativo Crianças Fazendo Arte, onde 23% das famílias está constituída de 05 (cinco) pessoas.

Cabe ressaltar que algumas famílias possuem mais de um membro freqüentando o Projeto (há famílias que possuem quatro crianças).

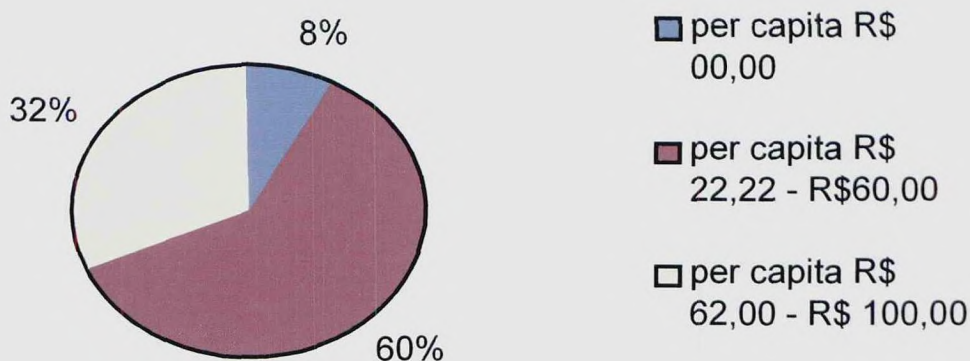
GRÁFICO 08 – RENDA FAMILIAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROJETO



De acordo com o gráfico 08, podemos verificar a renda das famílias, onde 28% delas vive com renda de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais), mas como vivemos numa sociedade desigual ainda encontramos famílias que vivem sem nenhum rendimento.

Com os dados do Gráfico 09, que aponta a renda per capita de cada membro da família, podemos refletir sobre a renda necessária para cada um dos membros da família observando as condições mínimas de sobrevivência que são higiene, educação, alimentação, vestuário e lazer.

GRÁFICO 09 – RENDA PER CAPITA DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Analisando o Gráfico 09, percebe-se que a maioria das famílias vive com uma renda per capita de R\$ 22,22 a R\$ 60,00. Assim, pode-se verificar que as famílias enfrentam dificuldades em ter o mínimo necessário para sobreviver, pois este valor não é suficiente para passar um mês.

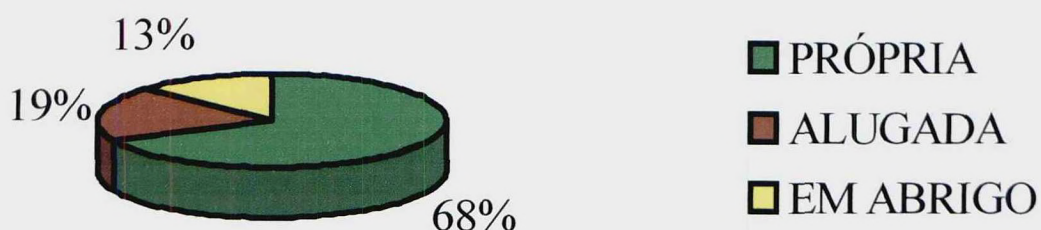
Segundo, Fernandes (2005) nos diz que esta situação é fruto do capitalismo que concentra riqueza nas mãos da minoria e deixa uma maioria em situações precárias, sendo que o desemprego é um dos fatores agravantes mais encontrados na composição desta renda.

Um dos fatores da redução da renda per capita é que segundo Miotto (1977) que as famílias empobrecidas, têm uma média de 02 a 08 filhos, estas famílias possuem de 04 a 07 pessoas, onde acaba dificultando a situação financeira destas famílias.

A renda familiar é proveniente dos mais variados trabalhos realizados pelos pais ou responsáveis destas crianças e adolescentes que são alvo deste trabalho. As atividades exercidas são: “Biscate” (serviços esporádicos em diversas modalidades – faxina, servente de pedreiro, pintor, jardineiro, encanador, entre outros), empregada doméstica, diarista, serviços gerais, construção civil (pedreiro), mecânico, borracheiro, motorista, pesca, aposentadoria, do lar. Muitas famílias têm um de seus membros desempregados e encontram-se também famílias com os dois membros desempregados.

No que diz respeito à condição habitacional das crianças e adolescentes inseridos no projeto, verificamos os seguintes dados.

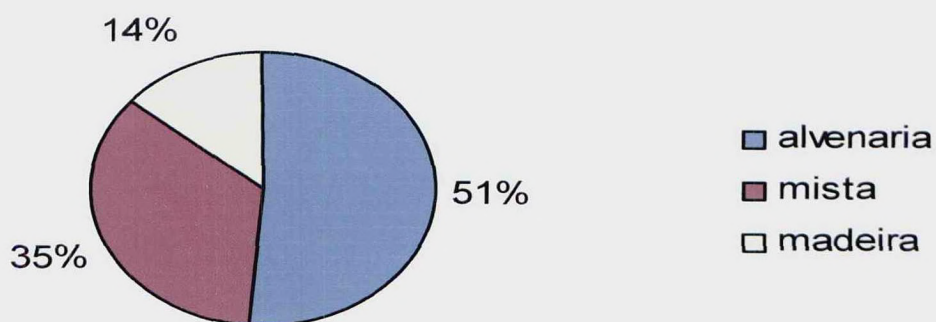
GRÁFICO 10 - CONDIÇÕES HABITACIONAIS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO



O gráfico 10 mostra que 68 % das crianças e adolescentes possuem residência própria, mas o Projeto possui uma demanda de 13% que moram em abrigos.

No gráfico 11, apresentamos as características físicas das habitações.

GRÁFICO 11 – HABITAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROJETO

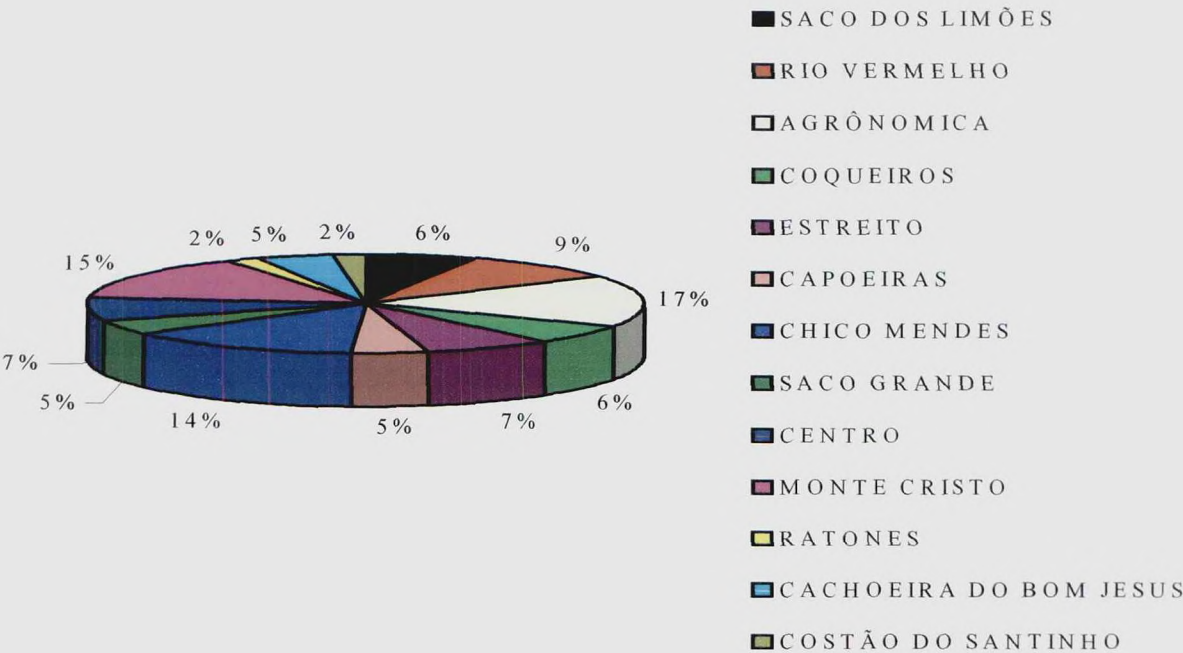


Com a análise dos gráficos 10 e 11 podemos verificar as condições habitacionais das crianças e adolescentes. A situação econômica e social destas famílias implica em más condições habitacionais (moradia). A maioria das famílias das crianças e adolescentes reside em casa própria de alvenaria (casa de tijolos) que não possuem nenhum conforto. Uma pequena parte reside em moradia alugada (além do mínimo para sobreviver ainda precisa ter um dinheiro mensal para pagar um local para viver).

Algumas crianças vivem nos abrigos (masculino e feminino), porque tiveram seus direitos violados, sendo necessária sua retirada do ambiente familiar. Este encaminhamento visa assegurar que exista sempre um responsável por elas e também combater a situação de abandono, miséria e exploração que os atinge. E ainda temos várias famílias que se encontra em habitações precárias (feitas de madeira, falta de banheiro, de iluminação, de conforto, entre outros).

No que diz respeito aos bairros de origem das crianças e adolescentes atendidos pelo projeto. O transporte disponibilizado possibilita atender aos bairros mais distantes do centro, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 12 – NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS POR BAIRRO



Observando o Gráfico 12, em primeiro lugar temos o bairro da Agrônômica com 17% dos atendidos, em segundo lugar está o bairro Monte Cristo, com 15%, Chico Mendes com 14% e após o bairro Rio Vermelho com 9%. No bairro Chico Mendes, há um Centro Educacional Comunitário (CEC) que já não comporta a demanda. Além disso, possui um fator agravante, pois é um local comandado por duas “gangues” (guerra do tráfico) que não podem ultrapassar os limites territoriais permitidos. As crianças e adolescentes que moram fora do limite onde está localizado o Cec, não podem freqüentá-lo, pois correm riscos, então procuram outros Projetos Sócio Educativos que não fiquem no seu bairro.

A importância do levantamento destes dados é conhecer o público atendido pelo Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte e assim, mostrar a importância do profissional de Serviço Social no resgate da cidadania, na garantia de direitos e intervenção na realidade social destas crianças e adolescentes que vivem nas diversas situações de vulnerabilidade pessoal e social.

1.5. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE.

A experiência iniciou-se através da prática do estágio obrigatório que é uma exigência da 7ª fase do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina e foi desenvolvido no Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte do município de Florianópolis, que se iniciou em fevereiro de 2005 a julho de 2005.

Vale ressaltar que o Projeto possuía uma Assistente Social que não atuava na sua área de formação. Assim, a situação das crianças e adolescentes não era contemplada com o olhar do Serviço Social, dado a importância que cada usuário merece. Desta forma, para iniciar o trabalho era necessário conhecer cada criança, adolescente, suas famílias e suas realidades. Para isso, primeiramente era necessário pensar na organização das informações.

Inicialmente realizamos contato telefônico com os pais de cada criança e adolescente que estavam cadastrados, com o objetivo de verificar se estavam freqüentando o Projeto. Este contato foi feito em função dos armários estarem repletos de pastas contendo documentos de crianças e não haver nenhuma organização dos documentos das crianças que freqüentavam o projeto e das que havia deixado de freqüentar.

Nesta conversa com os pais foi possível identificar as causas das desistências das crianças/adolescentes que não estavam mais freqüentando o Projeto (os filhos já estavam com a idade acima do limite do projeto, as famílias haviam mudado de cidade, as crianças não precisavam mais ir porque um dos pais estava em casa, entre outros).

Com estes dados em mãos, foi possível organizar um “arquivo permanente” onde foram guardados os documentos destas crianças.

Os pais das crianças que eram assíduas na instituição também foram contatados, através de ligação telefônica, para que viesse atualizar a ficha cadastral.

A ficha cadastral continha as seguintes informações: nome, idade, local de nascimento, data de nascimento, endereço, telefone, pai (nome, idade, local de nascimento, data de nascimento, endereço, telefone, escolaridade, profissão, local de trabalho, renda), mãe (nome, idade, local de nascimento, data de nascimento, endereço, telefone, escolaridade, profissão, local de trabalho, renda), responsável (nome, idade, local de nascimento, data de nascimento, endereço, telefone, escolaridade, profissão, local de trabalho, renda), dados da escola que o participante freqüenta, condições de moradia, composição familiar, se existe alguém usuário de drogas na família e o motivo pelo qual procuraram o projeto.

Quando os pais ou responsáveis compareciam para preencher a ficha cadastral era explicado como o projeto estava funcionando, colocando-os a par das mudanças ocorridas com o novo governo. As novas crianças que foram inseridas no Projeto passavam por este mesmo processo e caso não tivesse vaga ficavam na lista de espera.

Com os documentos e fichas cadastrais atualizadas, foi construída para cada participante uma pasta contendo sua ficha cadastral e seus documentos (xerox) anexados: RG, CPF, título de eleitor dos pais ou responsáveis, documento de identidade ou certidão de nascimento do participante, caderneta de vacinação, cartão do SUS (caso os participantes precisem ir ao posto de saúde) e atestado de freqüência escolar. Estas pastas foram organizadas por ordem alfabética em um arquivo.

Todo este trabalho teve como objetivo organizar a documentação de cada criança, tarefa imprescindível para o exercício da profissão de Serviço Social, pois implica em conhecer melhor o sujeito que estamos atendendo. Segundo Sarmiento (1994) permite datar de sentido, coerência, identidade etc., a vida do homem e suas ações, tornando-se quase um guia para nossa prática.

Realizamos entrevistas individuais, com o objetivo de conhecer a realidade de cada participante. Segundo Sarmiento, (1994) a entrevista é um contato pessoal de caráter

confidencial que permite obter uma grande quantidade de informações variadas sobre os aspectos da vida social dos sujeitos, permite aprofundar determinados aspectos pertinentes à vida social, entre outros.

Nesta entrevista, perguntamos sobre a família (quantos irmãos possui, com quem mora, se os pais são casados, como era o relacionamento familiar...), a escola (se tem dificuldades de aprendizagem, se já repetiu o ano...), sobre sexualidade (menstruação, se já teve relação sexual, doenças sexualmente transmissíveis...), condições de moradia (se mora em casa própria ou alugada, se é de madeira ou alvenaria, se possuem água, luz e banheiro em casa, bens materiais que possuem, entre outros...), se já usaram algum tipo de droga (álcool, cigarro e outras drogas), se são vítimas de algum tipo de violência (física, social, emocional e psicológica), as condições do bairro onde mora (violência, saneamento básico, lazer). Ressaltamos que no projeto não havia nenhum documento que identificasse e descriminasse as peculiaridades de cada criança.

Foram realizadas visitas domiciliares aos casos emergenciais das crianças e adolescentes que ocorreram no período do estágio. Para (SARMENTO, 1994) a visita domiciliar é utilizado quando há necessidade, para um maior conhecimento da situação, de observar a pessoa em seu próprio ambiente, de conhecer este ambiente, os membros da família ou ainda, como um recurso de tratamento, o qual exige a atuação do Assistente Social sobre o ambiente familiar. Instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade e que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos onde se exerce um papel educativo de reflexão sobre a qualidade de vida.

Nestas visitas foi aplicado um questionário sócio-econômico e observado as condições de vida da família.

Durante o estágio, foi feito um levantamento dos motivos pelos quais as crianças e adolescentes foram inseridas no Projeto, com o objetivo de fazer um acompanhamento e realizar os encaminhamentos necessários (atendimento psicológico, atendimento médico, encaminhamento ao Conselho Tutelar, outros projetos existentes, visitas domiciliares, organização de palestras de orientação e esclarecimento, entre outros).

As situações que as crianças apresentavam eram de negligência familiar com a saúde da criança, rapto de criança para prostituição, envolvimento em tráfico de drogas, prisão de adolescente por roubo.

Uma outra atividade do estágio foi a participação nas reuniões pedagógicas que acontecem mensalmente, para planejamento e avaliação. Segundo (SARMENTO, 1994, p. 293-294) “os objetivos da reunião são passar informes sobre assuntos de interesse do grupo;

obtenção de informações que permitam um diagnóstico; realizar atividades em comum e aplicar a intervenção”.

Nestas reuniões, era discutido o desempenho escolar de cada criança, com o objetivo de trocar experiências e conhecer um pouco mais de cada uma (se são freqüentes na escola, se já repetiram o ano, se tem dificuldade de aprendizagem, se estão com notas baixas, se tem problemas de comportamento no colégio...). Participamos também, das reuniões de pais que acontecem de seis em seis meses.

Durante o período de estágio foi realizado um trabalho com grupos, com enfoque na Educação Ambiental.

O público alvo do trabalho foram as crianças que freqüentam o Projeto Florir Floripa, atual Projeto Sócio Educativos Meio Aberto e seus familiares.

Foi utilizada na realização do trabalho a abordagem grupal, onde as crianças foram divididas em três grupos de dez crianças entre 07 (sete) a 11 (onze) anos de idade, um de meninos, outro de meninas e um misto. Este projeto foi realizado em quatro meses, com encontros semanais com duração de uma hora.

As crianças tiveram suas aulas de Educação Ambiental no Parque Ecológico do Córrego Grande ministradas por duas educadoras ambientais e pela estagiária de Serviço Social, com o foco na Educação Ambiental.

CAPÍTULO II

2. ASSISTENTE SOCIAL: PROFISSIONAL NECESSÁRIO NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

2.1. A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é profissão regulamentada pela lei nº 8.662/93, que representou um avanço e consolidou conquistas da categoria, ampliou a atuação profissional, com o reconhecimento de atribuições privativas e disposições sobre competência do Assistente Social. Esta lei passou a reconhecer o exercício da profissão somente para pessoas portadoras de diploma em curso de Serviço Social, de nível superior, devidamente reconhecido pelos meios competentes. Assim, o uso do título Assistente Social e a subscrição do termo Serviço Social passaram obrigatoriamente a ocorrer conforme os critérios estabelecidos na Lei (SILVA, 2003).

De acordo com a Lei 8.662 / 93, em seu artigo 4º que dispõe sobre a profissão do Assistente Social são competências do profissional do Serviço Social:

- I. Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III. Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;
- IV. (vetado);
- V. Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX. Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de serviço social;

XI. Realizar estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

O papel do Assistente Social é administrar, planejar, assessorar tecnicamente servir de consultor; participar na formulação e implantação da política social e no planejamento social; pesquisar e representar profissionalmente (REYMÃO, 1976).

Segundo Silva (2003, p.30), as exigências atuais para o exercício da profissão são:

1. Conhecimento teórico-metodológico: que propicia ao profissional uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional;
2. Realização dos compromissos éticos-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social;
3. Capacitação técnico-operacional, que possibilite a definição de estratégias e táticas na perspectiva da consolidação teórico-prática de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários

O profissional deve ter evidente a importância dos elementos técnicos operativos de sua intervenção. São elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social segundo Couto (1999, p. 210) “elaborar relatórios, pareceres, realizar entrevistas, visitas domiciliares, investigação, planejamento, trabalhos com grupos e comunidades, pesquisa”.

Esses instrumentos devem ser utilizados pelo profissional para viabilizar o acesso dos usuários às políticas públicas. A atuação dos Assistentes Sociais deve estar sempre de acordo com o seu Código de Ética e visando a garantia de direitos da população atendida.

Conforme GUERRA (2000), a prática dos Assistentes Sociais possui duas categorias básicas: a instrumentalidade e a mediação. A instrumentalidade é uma condição necessária para todo o trabalho social enquanto categoria constitutiva. O processo de trabalho é compreendido como uma atividade prático-reflexiva voltada para o alcance de finalidades. A instrumentalidade é transposta para as relações dos homens entre si, interferindo em nível de reprodução social. Através da mediação busca-se reconstruir o movimento do real e construir conhecimento das relações entre o universal e o singular. Consiste em estabelecer conexão entre as grandes determinações sociais e as suas formas de expressões singulares, no contexto particular dos conjuntos sociais.

Desde seus primeiros contatos com o pensamento marxista, o Serviço Social busca uma orientação teórico-prática que informe a intervenção do Assistente Social, para uma prática chamada transformadora ou crítica.

logo fundado do objetivo

O Assistente Social tem seu próprio processo de trabalho, determinado por condições econômicas e políticas, pelas diferentes organizações institucionais, pelas peculiaridades geográficas e culturais e pelas pressões exercidas pelas diferentes expressões da sociedade civil e do Estado (MELO, 2000).

A profissão está inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho na ordem social capitalista e se caracteriza por ser uma profissão interventiva. Sendo assim, se torna necessário conhecer a realidade das famílias e pessoas para criar meios para transformá-la num projeto sócioprofissional. *mas como avaliar se n-há dados, pois*

Para isso, implica ao profissional conhecimento sobre os contextos de gestão privada e pública, suas diferenças, especificidade e interações. Pois o importante é a garantia de direitos sociais e o conteúdo a ser repassado na formação de novos valores (SARMENTO, 2000).

Para Iamamoto (1998, p. 55), o Assistente Social atua em:

(...) organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, exerce uma ação eminentemente educativa, organizativa, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, agir, comportar-se e sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente.

Segundo Alayón (1995), o assistente social precisa levar em conta para seu exercício profissional a relação dinâmica entre conjuntura nacional, políticas sociais e instituições de bem estar social. O profissional deve ser informado, crítico, construtor e possuidor de competência teórica, técnica e ético-política. Precisa apostar no protagonismo dos sujeitos sociais, versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais nos diferentes níveis dos serviços sociais prestados aos usuários.

Segundo Melo (2000), uma possível ferramenta para o trabalho do profissional de Serviço Social é a interdisciplinaridade que possibilita um melhor entendimento da situação em que se encontra a família ou pessoa atendida e a reflexão sobre a intervenção mais adequada. O trabalho do Assistente Social pode ser: inter/multiprofissional; multidisciplinar, Interdisciplinar e transdisciplinar⁶. *inter
disci
plin
ar
de*

Para entendermos melhor o trabalho do profissional de Serviço Social, devemos ter conhecimento dos instrumentos e técnicas utilizados. O Assistente Social possui uma

dimensão teórica que possibilita o conhecimento da realidade que é fundamental para a sua transformação da prática, permitindo elaborar finalidades e objetivos voltados a realidade que se pretende construir e uma dimensão prática é exercida por meio de instrumentos, que são os meios de trabalho (SILVA, 2000).

Segundo Martinelli (2000), o instrumento é a estratégia ou tática por meio da qual se realiza a ação. São eles: a entrevista; a abordagem; a visita domiciliar; a reunião; a observação; a documentação; a informação, etc.

Segundo Oliveira (2002, p. 60), o esclarecimento e a orientação também são técnicas do Serviço Social que são respectivamente:

levar o cliente⁷ a uma compreensão exata do que está acontecendo, da situação e de sua atitude (...). O estabelecimento se processa através de informações ou explicações sobre a natureza do evento (...) um processo educativo, porque visa ajudar a pessoa a ordenar, de maneira racional, os assuntos ligados a seu problema, clarificando seus conflitos, em face da realidade.

Na contemporaneidade a área de intervenção do Serviço Social vem tendo uma expansão, principalmente na área da justiça, devido à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A introdução destes profissionais tem se pautado na defesa dos direitos da criança e do adolescente e na intervenção com famílias que ganha uma visibilidade cada vez maior.

A atuação do Assistente Social frente aos inúmeros casos vivenciados nos dias atuais deve ter seus próprios métodos específicos de trabalho e ter como objetivos o resgate, sempre que possível, dos vínculos familiares e a promoção de uma nova visão de infância que resgate a cidadania das crianças e adolescentes (MIOTO, 1997).

Em estudos sobre a prática profissional de Assistentes Sociais em instituições públicas e privadas que atendem crianças e adolescentes, Sant'ana (2000, p. 105) afirma:

A maioria dos assistentes sociais revela uma intervenção pouco qualificada, ausência de referenciais teóricos e de postura crítica. Isso compromete a implantação do projeto ético-político do Serviço Social, à medida que este fica a cargo de uma minoria de vanguarda.

A questão social é o objeto de trabalho do Assistente Social, que implica em conhecer e pesquisar a realidade, junto a qual se pretende ocasionar um processo de mudança. As

⁶ inter/multiprofissional: quando há mais de um profissional envolvido; multidisciplinaridade: disciplinas que abordam o objeto sem relações; interdisciplinaridade: relação de disciplinas e transdisciplinaridade: integra diferentes níveis e relações entre as disciplinas (MELLO, 2000).

situações de violência, miséria, desemprego, prostituição, droga, tráfico, entre outros são realidades rotineiras que acompanham as crianças e adolescentes que se encontram no Projeto.

Devido a estas questões é necessária a atuação do Assistente Social numa instituição de caráter sócio-educativo assistencial e psicossocial. Sendo assim, discorreremos sobre a atuação e atribuições do Assistente Social no atendimento a crianças e adolescentes.

2.2. O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A finalidade maior do Serviço Social é a defesa dos direitos, a ampliação da democracia e a consolidação da cidadania. Para tanto, faz-se necessário que a sua intervenção seja pautada em princípios éticos, os quais, no caso do Serviço Social Brasileiro, encontram-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

O Serviço Social, na sua prática, caracteriza-se, principalmente, como mediador entre o sujeito e seus direitos e busca possibilitar o acesso e usufruto do usuário dos serviços a esses direitos.

Através de um processo de descoberta e relação com crianças, adolescentes, adultos e idosos é que o assistente social intervém baseado em conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos, articulando um conjunto de ações e propostas para prestar a assistência necessária.

Um projeto social deve contar com um profissional do Serviço Social, desenvolvendo sua atuação sobre o prisma da Ética, que deve impulsionar as ações profissionais com a finalidade de alcançar melhores soluções e valores, reconhecendo os direitos de todos e subsidiado, essencialmente, pelos princípios de igualdade, equidade, democracia, pluralismo, defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social (Lei n.º 8662/93).

De acordo com (NETO, 1991, p. 51),

[...] o serviço social é uma profissão que tem características singulares. (...) Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, formadas pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

⁷ O serviço social não utiliza a terminologia “cliente”, esta, demonstra uma relação mercadológica e não de garantia de direitos, conforme defendido pelo projeto ético-político da profissão.

Primeiramente, para uma intervenção se desenvolver de forma eficaz, faz-se necessário compreender toda a dinâmica institucional e, paralelamente, pensar a atividade em suas variadas rotinas o que possibilita uma organização do trabalho.

O trabalho do Serviço Social num projeto de Assistência Social tem o objetivo de atender crianças, adolescentes e famílias esclarecendo sobre seus direitos e deveres, intervindo sobre as necessidades solicitadas, através das demandas dos usuários; coordenar e acompanhar o diagnóstico sócio econômico das famílias envolvidas; realizar entrevistas individuais com os participantes; realizar visitas domiciliares para acompanhar a família de cada participante; registrar as intervenções e outras situações referentes às crianças/adolescentes e família que forem realizadas pelo profissional; responsabilizar-se pelos contatos com colaboradores e contribuintes; participar de reuniões, palestras e conferências de interesse da instituição; fazer questionário sócio – econômico com as famílias das crianças/adolescentes (SILVEIRA, 2005).

A atuação do Serviço Social num Projeto Sócio Educativo que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal deve ter suas atividades voltadas com o intuito de orientar. Desta forma, a atuação do profissional contempla a criança e o adolescente e a família como um todo. O Assistente Social considera que a família devidamente atendida, apoiada e orientada constitui o melhor ambiente para o crescimento da criança (OLIVEIRA, 2002).

Assim, o Assistente Social atuaria neste Projeto com o objetivo de implantar ações que busquem contribuir para a mudança na trajetória de vida de crianças, adolescentes e famílias. pois, o Serviço Social, deve ser facilitador, nesses espaços, oportunizar a criação de praticas educativas e preventivas para que a população tenha como desenvolver a reflexão, pois só assim poderá desenvolver suas potencialidades e, então terá condições de agir criticamente a realidade.

Conforme Iamamoto (1997, p.27), que “o objeto de intervenção profissional são as expressões da questão social⁸”. Nesta perspectiva, o trabalho a ser desenvolvido pelo Assistente Social no Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte, deve ter como objeto de intervenção as situações que se encontram as crianças e adolescentes no programa, visando a sua superação.

⁸ O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se cada vez mais social, enquanto a apropriação do seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Assistente Social contribuiria no atendimento as crianças e adolescentes do Projeto, no acompanhamento às famílias das crianças e dos adolescentes, visando o fortalecimento dos seus vínculos e a garantia dos seus direitos.

A construção de espaços educativos e coletivos também são importantes, através da constituição de grupos de famílias, visando a troca de saberes, a partilha da situação das crianças e adolescentes no programa e a participação das famílias no planejamento, execução e avaliação das atividades.

A atuação do Assistente Social diretamente com a demanda, visa estimular a sua participação no planejamento, execução e avaliação das atividades do Projeto, contribuindo para a autonomia e a independência das crianças e dos adolescentes.

Na relação com os outros profissionais deve ser buscada a interdisciplinaridade, no sentido de que haja diálogo, troca, complementaridade e reciprocidade na construção conjunta do trabalho. O Assistente Social contribui com a leitura da realidade, das diversas dinâmicas familiares e das condições de vida da população usuária, relacionando-as com o contexto mais amplo, através da categoria da mediação, que possibilita essa relação/síntese da singularidade com a universalidade, possibilitando a compreensão e a intervenção no nível da particularidade. Dessa forma, as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas são compreendidas no campo de trabalho.

Os desafios que perpassam o fazer profissional estão vinculados a um maior investimento dos profissionais em produzir teoricamente sobre sua ação, tendo em vista a possibilidade de refletir e buscar novas alternativas para o mesmo. Dessa forma, contribuir-se-á para uma maior visibilidade do Serviço Social, assim como para a política de Assistência Social.

O trabalho do Assistente Social com crianças e adolescentes podem se dar, através de uma intervenção grupal, realizado com outros profissionais, visando um processo que abrange os aspectos da singularidade da educação informal, para a convivência social e a preparação para inserção no mercado de trabalho e sociedade. Este trabalho pode ser realizado prestando esclarecimentos sobre temas vivenciados no cotidiano (Cidadania, Sexualidade, Política, Meio Ambiente, Saúde, Violência, etc.), utilizando instrumentos que dão suporte ao atendimento, a fim de superar a barreira discriminatória que sofrem na sociedade atual.

O Assistente Social pode ter como função avaliar o quê e como, cada criança e adolescente atendido pelo Projeto estão fazendo e se sentindo nas diversas atividades oferecidas por ele. Identificando com as crianças e adolescente o que estas atividades

representam na sua vida pessoal, familiar, educacional e social. Sendo que, sua atuação produz conhecimentos e reflexões, consciência e modificações de hábitos e comportamentos.

Assistentes Sociais do presente e do futuro devem ter a percepção das condições de vida de seus usuários e estar sempre atento às condições sociais existentes para jamais descuidar de um aspecto fundamental que é “não nos cabe o julgamento pessoal dos indivíduos” (FERNANDES, 2005, p.18), pois devemos lutar pela garantia de seus direitos e na possibilidade de transformação de sua realidade. É uma profissão que atua com as desigualdades sociais e assim, sua atuação está comprometida na defesa dos direitos humanos e com a justiça social.

Atualmente o Serviço Social precisa modificar o olhar da realidade, olhar para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade. A profissão tem como maior desafio desenvolver sua capacidade de analisar a realidade, construir propostas de trabalho criativas e ser capaz de preservar e efetivar direitos (IAMAMOTO, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborarmos este Trabalho de Conclusão de Curso, pudemos visualizar a importância do Serviço Social no Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte, para contribuir com o resgate da sociabilidade e da cidadania.

Durante o período de estágio, encontramos algumas dificuldades. A primeira grande dificuldade encontrada foi a ausência do profissional de Serviço Social, assim não havia um supervisor local para acompanhar e orientar as atividades de estágio o que é um desrespeito ao projeto ético-político da profissão e com o profissional em formação. A falta do Assistente Social no Projeto também é um desrespeito com a população usuária dos serviços é uma negação de direitos para uma população que se conforma com uma sociedade pautada em princípios voltados para o capital e não para o social.

A falta de um Assistente Social também dificultava o acompanhamento da situação de cada criança e adolescente pela instituição, não havia registros das crianças que frequentam o projeto, tampouco se via a necessidade de organizar os documentos e informações sobre cada situação. Um ponto importante a destacar é que não eram realizadas entrevistas com as famílias, o que permitiria obter uma grande quantidade de informações e aprofundar determinados aspectos pertinentes à vida social de cada participante.

No projeto também não havia psicólogo, que poderia trabalhar junto com o Assistente Social no acompanhamento das crianças e adolescentes e promover através de sua intervenção a possibilidade de encaminhar melhor as dificuldades apresentadas pelas crianças e suas famílias. Vale ressaltar que num trabalho onde o foco são crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de vulnerabilidade social ou pessoal é importante que haja mais de um profissional envolvido para melhor intervir na situação, além do que uma das ferramentas do Assistente Social é o trabalho inter/multiprofissional.

Nesse sentido, foi possível perceber o quanto é importante uma equipe multidisciplinar no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, já que as crianças necessitam de uma atenção integral que possibilite a superação de suas dificuldades pessoais e sociais.

Pela ausência, foi possível perceber o quanto é importante estar inserido em uma equipe multidisciplinar no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal

e social, já que as crianças necessitam de uma atenção integral que possibilite a superação de suas dificuldades pessoais e sociais.

Explicações para a ausência destes profissionais nunca foram esclarecidas, já que todos os meses a coordenação solicita a contratação destes à Prefeitura. Desta forma, para suprir a necessidade do profissional de Serviço Social no projeto foi contratada uma estagiária.

A contratação de estagiários em substituição ao profissional é uma prática comum no mercado de trabalho atual. No caso do Serviço Social brasileiro, esta prática é proibida, conforme art. 4º alíneas “d” e “e” do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

Além disso, observamos que muitos profissionais não têm qualificações necessárias para o exercício da sua função, (no caso dos monitores, por exemplo, não possuem nenhuma capacitação para o cargo). Esta capacitação poderia ser uma das frentes de trabalho do Assistente Social na instituição, com o intuito de possibilitar o conhecimento da realidade da população atendida, as possibilidades de intervenção (importância de sensibilidade) e noções teóricas sobre a criança e adolescente (história, direitos, deveres, entre outros), pois não basta colocar alguém para exercer determinada função é preciso selecionar pessoal adequado e capacitá-lo para o cargo.

Para que este atendimento seja de qualidade, estão faltando várias mudanças, pois estamos educando as crianças e adolescentes para ser cidadãos de direitos. Além disso, temos o “dever” de mostrar que é possível viver em um mundo melhor e que isso depende da luta conjunta e constante contra todas as desigualdades sociais, contra a violência em todas as suas formas, contra o tráfico de drogas, prostituição etc.

→ Reconhecer a criança e o adolescente como um sujeito de direito e com necessidade de atendimento integral, em seus mais diferentes aspectos, evidencia-se um avanço significativo caracterizado pela luta de diferentes setores da sociedade, indicando assim caminhos para os novos referenciais a serem seguidos. A afirmação da necessidade de políticas sociais básicas voltadas à atenção do referido segmento, enquanto política pública se apresenta como desafio.

Nesta direção, o trabalho de Assistente Social no atendimento à criança, ao adolescente é de grande importância, principalmente no que se refere ao resgate da cidadania.

Além disso, o Assistente Social tem como objetivo assegurar proteção, prevenção e resgatar a cidadania das crianças/adolescentes que estejam com seus direitos violados, devem lutar pela garantia de seus direitos, bem com a orientação da responsabilidade dos pais ou responsáveis pelo cuidado e proteção das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

_____. CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do serviço social: Documentos**. Rio de Janeiro: AGIR, 1984.

ADORNO, S. **Violência e educação**. São Paulo: Mimeo, 1988.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a araxá**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo. Controle dos pobres ou erradicação da pobreza**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALENCAR, Ângela de, [et al]. **Infância adolescência em discussão**. Fortaleza: EFC, 1994.

ALMEIDA, Anna Augusta. **Possibilidades e limites da teoria do serviço social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Desigualdade e exclusão, atalhos para a violência**. São Paulo: Mimeo, 2002.

AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N. de A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: IGLU, 1989.

AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez., 1993.

BACKX, Sheila de Souza. **Serviço Social: reexaminando sua história**. Rio de Janeiro: CJ Editora AS, 1994.

BALLONE, G. J. Violência e Agressão da criança, do adolescente e do jovem . In. **Psiquiatria Geral**. internet, 2001. disponível em <http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/conducta2.html> acesso em 12/02/2006.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. São Paulo Cortez, 2001.

BATITUCI, Graça; GONZÁLEZ, Conceição. **A maneira lúdica de ensinar**. Vol. 5. Belo Horizonte: Fapi, 2000.

BLANCO, Maria [et al]. **La reconceptualización del trabajo social: contexto, propuestas y críticas**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2003.

BRASIL, **Código de Ética do Assistente Social, Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. 3 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Geraldo Magela Alves e Equipe. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1983.

CARDOSO, Margarida Munguba. **O cenário do trabalho de crianças e adolescentes no brasil: uma realidade histórica**. Anais do Seminário da Região Sul – proteção Integral para Crianças e Adolescentes. Florianópolis, 2000.

CARPES, Taiza Estela. **Infância vitimizada: A fuga do Lar como consequência da violência domestica**. Florianópolis: UFSC, 2003. (Trabalho de conclusão de curso de serviço social).

CARVALHO, Denise B. B. de. Criança e Adolescente. In: **Capacitação em serviço social e política social: modulo 3 – programa de capacitação continuada para assistentes sociais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS/CEAD/ UNB, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de **A família contemporânea em debate**, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na américa latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez., 1989.

CAVALHO, Maria Lúcia. **Principais marcos e atuais tendências do serviço social**. Doc. N 70, ano VI. Rio de Janeiro: CBCISS, 1973.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei de regulação da profissão – Lei n 8.662/9. Disponível em: http://www.Cress.org.br/codigo_de_etica.htm. Acesso em: 07.jun.,2006.

COSTA, Antonio Carlos gomes da. Infância, Juventude e Política no Brasil. In: **Brasil criança urgente**. São Paulo: Columbus Cultura, 1990.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais**. São Paulo, 2000.

COUTO, Berenice Rojas. O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2 – Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD: UnB, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2 – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

DESLANDES, Sueli F. **Atenção a criança e o adolescente vítima de violência doméstica: análise de um serviço**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/claves, 1994.

- DIAS, José Fernandes. **Serviço social intervenção na realidade**. Petrópolis: CELATS/Vozes Ltda, 1980.
- ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é o serviço social**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S. **Os três ensaios sobre a sexualidade. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIII, nº 71. São Paulo: Cortez, 2002.
- GUERRA, M. Azevedo. **Infância e violência doméstica**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno padre**. São Paulo: Iglu, 1989.
- GUIMARÃES, Roberson. **O crime de infanticídio e a perícia médico-legal. Uma análise crítica**. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4066>>.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e éticas-políticas**. Fortaleza: CRESS:SC, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social. Ensaios Críticos**. 4 ed. São Paulo: Cortez., 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: CFESS, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda. social. O trabalho do Assistente Social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação. In **Capacitação em serviço social e política social: modulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Criança e Adolescentes: Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2006.
- JÚNIOR, Alfredo. **Vozes da infância: crianças e adolescentes em situação de rua em Florianópolis e seu contexto familiar**. Florianópolis: UFSC, 2002/2. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social)
- KALOUSTIAN, S.M. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1988.
- LEVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LIMA, Arlette alves. **Serviço social no brasil. A ideologia de uma década.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MACÊDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do serviço social. Formulações diagnósticas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1982.

MARCELLI, D. **Manual de psicopatologia da infância de ajuria guerra.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da infância no brasil.** 3ª ed. São Paulo: Cortez., 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas.** São Paulo, Cortez, 1998.

MELO, Ana Inês S. C. de. ALMEIDA, Gláucia E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social : módulo 4 – Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais.** Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 2000.

MELO, Victor Andrade. **Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson.** Porto Alegre: Movimento, 2001.

MENEGASSO, Maria Ester. **Organizações e serviço social.** Revista Katálisis, Florianópolis:UFSC, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e serviço social. Contribuição para o debate.** . São Paulo: Cortez, 1997. (p.14 – 130).

NETTO, João Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O Serviço social e o cotidiano das crianças e adolescentes de rua: uma proposta de educação social.** Florianópolis: UFSC, 1993. (monografia de Bacharel em Serviço Social).

OLIVEIRA. Cristina Puluceno de. **Serviço Social no SOS Criança: Contribuição para o resgate da sociabilidade entre vítima e agressor de violência doméstica física contra crianças.** Florianópolis: UFSC, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso).

PAIVA, Beatriz Augusto & SALES, Mione Apolinario. **A nova ética profissional: práxis e princípios.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PEY, M. **Oficina de Alfabetização técnica:** propondo uma modalidade de trabalho educativo. Florianópolis: Livros e Livros, 1994.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço social.** São Paulo: Cortez, 1995.

PRADO, Clisiene Dutra do. **Reintegração familiar: desafios na prática do profissional de serviço social na entidade de abrigo**. Florianópolis: UFSC, 2004/2. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social).

RAICHELIS, Raquel. **10 anos depois da constituição cidadã**. Rio de Janeiro: CFESS, 1998.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1995.

REGO, Teresa Cristina. **Uma perspectiva histórico cultural da educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

REICH, Annie,. **Se teu filho te pergunta**. Rio de Janeiro: Espaço Psi, 1979.

REYMÃO, Maria Eunice Garcia. **As atribuições profissionais do Assistente Social**. São Paulo: Loyola, Cortez & Moraes, 1976.

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis: Ioesc, 1999.

RIZZINI, I. A. **A assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Porto Alegre: Editora Universitária Santa Ursula, 1993.

SANT'ANA, R. S. **O desafio da implantação do projeto ético-político do serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Vanessa Juliana da Silva. **A ética das profissões**. Florianópolis: Mimeo, 2005.

SARMENTO, Helder B. de Moraes. **Instrumentos e técnicas do serviço social**. São Paulo: PUC/SP 1994. (dissertação de mestrado em serviço social).

SARMENTO, Helder B. de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4 – Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais**. Brasília:CFESS/ABEPSS/CEAD/NED, 2000.

SCHLICHTING, Sandra. **Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente: limites e possibilidades**. Florianópolis: UFSC, 1997. (monografia de Bacharel em Ciências Sociais).

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um novo fazer profissional. In: **capacitação em serviço social e política social: módulo 4 – programa de capacitação continuada para assistentes sociais na esfera da seguridade social no brasil**: Belo Horizonte, CFESS, 1997. (p. 142-147).

SILVA, Sheila Cristini Mineiro da. **O Serviço Social em questão: elementos para uma melhor compreensão do Serviço Social e do fazer profissional**. Florianópolis: UFSC, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVEIRA, Juliana de Oliveira Soares da. **Relatório final de estágio**. 7 fase. Curso de Serviço social. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Maria Luiza de. **Serviço social e instituição. a questão da participação.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

YASBEK, Maria Carmelita. **As primeiras escolas de Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1980.